



III CONGRESSO INTERNACIONAL DE TURISMO
III INTERNATIONAL CONGRESS ON TOURISM
ESG/IPCA

**POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL PARA O SETOR DO
TURISMO NA REGIÃO NORTE DE PORTUGAL**

Vítor Fernando Costa

Instituto Politécnico de Bragança
e-mail: victorcosta82@hotmail.com

Ana Paula Monte

Instituto Politécnico de Bragança & NECE
e-mail: apmonte@ipb.pt

Paula Odete Fernandes

Instituto Politécnico de Bragança & NECE
e-mail: pof@ipb.pt

RESUMO

O Turismo tem sido encarado como um setor relevante para a Região Norte de Portugal. Dado o seu diferenciado potencial turístico têm-se fomentado políticas governamentais e estímulos para o setor privado, de modo que este canalize os seus conhecimentos e recursos financeiros para o setor turístico. Assim, no presente trabalho pretende-se fazer um levantamento das principais políticas económicas para o desenvolvimento sustentado do turismo da Região Norte de Portugal, enquadrado no Plano Estratégico Nacional do Turismo. Pelos resultados obtidos, a aposta turística da Região Norte passou pela oferta de 8 produtos turísticos prioritários e diferenciadores por quatro sub-regiões turísticas; um volume de investimento (público e privado) aprovado ao longo do período 2007-2012 de 496 milhões de euros, dos quais 228,4 (46%) na região turística do Porto; as entidades públicas investiram 144,59 milhões de euros em infraestruturas, qualificação de recursos humanos e promoção e divulgação nacional e internacional da região.

Palavras-chave: Setor turístico, políticas governamentais, região Norte de Portugal.



INTRODUÇÃO

Turismo é por definição, o conjunto de “atividades realizadas pelos visitantes durante as suas viagens e estadas em lugares distintos do seu ambiente habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a 12 meses, com fins de lazer, negócios ou outros motivos” (Turismo de Portugal, 2008, p. 18). Este é um setor económico que cresceu de forma significativa e sustentada a nível mundial nas últimas décadas. Este emprega mais de 98 milhões de pessoas diretamente e representa mais de 3% de todo o emprego, a nível mundial (Blanke. & Chiesa, 2013). Nos próximos dez anos prevê-se um crescimento do emprego direto no setor de 1,9% ao ano e espera-se que este contribua com um crescimento anual médio de 4,2% para o Produto Interno Bruto (PIB) até 2022 (WTTC, 2013). Estes indicadores são claros quanto ao contributo do Turismo para as economias dos países (nomeadamente os recetores).

O surgimento de Portugal como destino turístico internacional aconteceu na década de 60 quando os cidadãos europeus descobriram as encostas e colinas da Região do Algarve. Desde esse período, as despesas de turismo realizado por turistas estrangeiros, como alojamento e outros serviços, tem permitido a Portugal obter um menor défice da Balança de Pagamentos, um crescimento económico mais elevado e o desenvolvimento sustentado de algumas regiões turísticas (Turismo de Portugal, 2007; Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2007). De salientar que, atualmente, Portugal ocupa o 20.º lugar no índice de competitividade do turismo e viagens (*Travel and Tourism Competitiveness Index*), o qual procura medir os fatores e políticas que tornam o setor do turismo e viagens atrativo em diferentes países ou destinos turísticos a nível global (Blanke. & Chiesa, 2013).

Segundo Santos e Fernandes (2010), o Turismo é considerado um dos mais importantes setores da economia portuguesa porque desempenha um papel relevante no tecido económico, quer a nível produtivo quer a nível de emprego. Este gera o aparecimento de um maior número de atividades turísticas num determinado espaço geográfico, um maior contributo para o crescimento dessa região e uma diminuição dos desequilíbrios entre as várias regiões do país (Barata, 1964). Este é particularmente relevante para Portugal dada a oferta turística existente, mas sobretudo pelo seu potencial turístico: praias, museus, história, natureza, vinhos, produtos regionais, cultura, etc. (Leitão, 2011).

Para aproveitar este potencial foi necessário estabelecer políticas governamentais e orientações ou estímulos para o setor privado para que este canalizasse os seus conhecimentos e recursos financeiros para a área do Turismo. Desde 2000, várias têm sido as políticas públicas de apoio ao desenvolvimento do setor do turismo, quer a nível nacional quer a nível regional, como por exemplo Plano Nacional do Turismo, Plano Estratégico Nacional para o Turismo, Pólo de Competitividade e Tecnologia - Turismo 2015, Plano Nacional de Turismo Natureza e o Novo Regime de Instalação de Exploração e Funcionamento dos Empreendimentos Turísticos em 2007. De referir que de acordo com os dados do POPH (2012), POFC (2012) e PRODER (2012), desde 2007 foram aprovados em Portugal 496 milhões de Euros em investimento público e privado no setor do turismo, dos quais 190 milhões para a construção e requalificação de hotéis de quatro e cinco estrelas. Registou-se ainda um aumento do número de



hóspedes em 23,2% (mais 498 000 hóspedes), o que representou uma taxa de crescimento anual de 4,3%, tendo as dormidas atingido os 4,5 milhões.

O turismo é por vezes apontado como um dos pilares a ser considerado no desenvolvimento regional (Kim & Kim, 2013; Matarrita-Cascante, 2010), sendo este entendido não apenas o crescimento económico de uma região mas também a sua sustentabilidade a nível social e ambiental (Becker, 2010). Segundo Makhoulf (2012), o investimento realizado neste setor gera dois grandes efeitos multiplicadores: i) um aumento dos gastos dos turistas e um aumento do emprego nos setores locais e nacionais; ii) construção de infraestruturas turísticas tais como estradas, aeroportos, museus, parques de diversões, estabelecimentos de saúde e hotéis. Estes efeitos têm um impacto positivo na qualidade de vida da população residente permitindo “relacionar o turismo com o desenvolvimento económico e regional” (Santos, 2011, p.32).

Dada a importância que o Turismo assume na Região Norte de Portugal e o volume de fundos comunitários aplicados nesta área, pretendeu-se com este estudo analisar as políticas de turismo como contributo para o desenvolvimento da Região Norte. Para tal, tendo-se definido como suporte a análise descritiva do investimento efetuado na região Norte e sua distribuição pelas NUT III, fez-se um levantamento das principais políticas económicas para o desenvolvimento sustentado do turismo da Região Norte de Portugal, enquadrado no Plano Estratégico Nacional do Turismo.

O presente trabalho de investigação está estruturado em quatro pontos. No primeiro ponto faz-se um levantamento dos recursos e produtos turísticos no Norte de Portugal e os produtos turísticos prioritários por sub-região turística (Porto, Minho, Douro e Trás-os-Montes). No ponto seguinte apresenta-se a Agenda Regional do Turismo para a Região Norte, o seu plano estratégico, objetivo e metas, incluindo o desenvolvimento do Pólo Turístico do Douro. No terceiro ponto, faz-se uma análise descritiva do montante de investimento público e privado aprovado para o setor do Turismo, nos últimos cinco anos, por programas comunitários de financiamento e por sub-região turística. No último ponto serão apresentadas as conclusões mais importantes do trabalho, bem como algumas linhas de investigação futuras.

RECURSOS E PRODUTOS TURÍSTICOS NO NORTE DE PORTUGAL

Antes de se definir qualquer estratégia de desenvolvimento económico para uma determinada região ou país (Smith, 1994), é necessário identificar os seus principais recursos económicos, naturais, culturais e patrimoniais. No caso do Turismo é necessário identificar os potenciais recursos geradores de Turismo, com características distintivas e eventualmente únicas que permitam desenvolver um ou mais produtos turísticos. O produto turístico é uma mistura de tudo o quanto uma pessoa pode consumir, utilizar, experimentar, observar e apreciar durante uma viagem ou estada (Baptista, 1990). Para Middleton e Clark (2001), o produto turístico é considerado como um pacote de componentes tangíveis e intangíveis baseadas numa atividade, num dado destino. Todavia, acrescentam que esse pacote é percecionado pelo



turista como uma experiência disponível por um dado preço. Estes autores consideram que o produto turístico pode ser dividido em dois níveis: o nível total que inclui a totalidade de experiências que o turista enfrenta desde a sua partida até ao regresso e o nível específico que reporta a uma componente oferecida por uma organização particular. Para Xu (2010, p. 608), os turistas consideram que o “produto turístico é uma experiência completa que atende às necessidades múltiplas de turismo e proporciona os correspondentes benefícios”.

O produto turístico, numa perspetiva de Marketing, é constituído por um conjunto de 5 elementos: atrações do destino; alojamento; acessibilidades; imagem e preço. Em discordância com Medlik e Meddleton (1973), Smith (1994) definiu o produto turístico como um conjunto de 5 elementos: o espaço físico; os serviços prestados; a hospitalidade; a liberdade de escolha e o envolvimento. Assim, o produto turístico é um bem ou serviço disponível com características tangíveis e intangíveis que um turista pode consumir, utilizar, experimentar, observar e apreciar durante uma viagem ou estada, a um determinado preço. Dada a sua heterogeneidade, “o produto turístico cria uma diversificação de segmentos de mercado. A cada segmento de mercado pode corresponder um ou mais produtos, dependendo da combinação das diversas componentes que caracteriza cada um desses produtos” Santos (1998, p. 4). Desta forma, pode-se afirmar que não existe apenas um mas vários produtos turísticos e segmentos de mercados de acordo com o conjunto de atributos que compõem esse produto composto.

O relatório Norte 2015 (CCDR-N, 2006), com o objetivo de delinear uma visão e um plano estratégico para a Região Norte, entre 2007 e 2015, identificou um conjunto vasto e diversificado de recursos turísticos da Região Norte e que foram agrupados em quatro grandes áreas turísticas, cada uma com especificidades turísticas próprias. Esses recursos e essas áreas estão representados na Tabela 1.

Tabela 1: Recursos turísticos por regiões turísticas do Norte de Portugal

PORTO	MINHO
<ul style="list-style-type: none">• Centro Histórico do Porto• Património histórico-cultural classificado• Caves do Vinho do Porto e Barcos rabelos• Cultura e conhecimento• Centro económico e empresarial• Pólo de Congressos, Convenções e Seminários• Animação• Foz do Douro e orla costeira	<ul style="list-style-type: none">• Património histórico/religioso• Diversidade de Cidades e Vilas Históricas• Vale do Lima• Orla costeira• Parques naturais• Festas e romarias• Gastronomia e vinhos verdes• Aldeias rurais e Solares
DOURO	ALTO-TRÁS-OS-MONTES
<ul style="list-style-type: none">• Alto Douro Vinhateiro – Património Mundial• Rio Douro – Canal navegável• Vindimas e tradições associadas• Aldeias Vinhateiras e Quintas• Parques naturais e Albufeiras• Gastronomia e Vinhos do Douro e Porto• Património histórico-cultural• Parque Arqueológico do Côa – Património Mundial	<ul style="list-style-type: none">• Planaltos montanhosos – Natureza e Paisagem (ex.: Montesinho)• Património histórico-cultural• Termas• Caça e pesca• Aldeias rurais• Gastronomia• Produtos locais e Artesanato

Fonte: Adaptado de CCDR-N (2006).



Segundo a Agenda Regional do Turismo para a Região Norte - ART (CCDR-N, 2008a), estes quatro destinos turísticos complementares davam corpo ao modelo de grandes regiões turísticas heterogêneas e de elevada diversidade, com atributos e recursos turísticos próprios. Santos e Terrasêca (1998) definiram essas regiões segundo a delimitação espacial e os seus recursos turísticos como se segue:

1) *Porto* - esta engloba as NUT III Grande Porto (Área Metropolitana do Porto), Tâmega (Vale do Sousa e Tâmega) e Entre Douro e Vouga. O poder de atração está centrado na cidade do Porto como capital económica e social de toda a Região do Norte;

2) *Minho* - a qual engloba as NUT III Minho-Lima, Cávado e Ave. É a aglutinação de três componentes: zona histórica de Viana de Castelo, Braga e o Parque Nacional da Peneda Gerês;

3) *Douro* - entendido como uma área centrada na Região Demarcada (classificada Património da Humanidade pela UNESCO) e constituída pelo Douro Norte, Douro Sul e Douro Superior;

4) *Trás-os-Montes* - corresponde à NUT III Alto-Trás-os-Montes e que resulta da aglutinação das regiões Alto Tâmega e o Nordeste Transmontano.

Segundo a ART (CCDR-N, 2008a), os produtos turísticos considerados estratégicos para a Região Norte foram: Turismo de negócios; Turismo Urbano; Turismo da Natureza; Turismo Náutico; Gastronomia e Vinhos-Enoturismo; Turismo de Saúde e Bem-estar; Turismo Histórico-Cultural e Golfe. Comparativamente com os produtos turísticos definidos pelo PENT - Plano Estratégico Nacional de Turismo - para a Região Norte, foram incluídos mais dois produtos: Turismo Náutico e Turismo Golfe. No primeiro caso, o objetivo era aproveitar os recursos existentes como o Porto de Leixões que potenciava o atrancamento de navios-cruzeiros e o Turismo Histórico-Cultural na cidade do Porto. Além disso, a região com os seus imensos rios navegáveis poderia potenciar também a prática de desportos náuticos (canoagem e remo). No segundo caso, a aposta recaiu pelo Golfe dado que a região era detentora de vários campos de Golfe de renome nacional e com potencial de internacionalização. Exemplo disso foi a requalificação do campo de Golfe do Hotel Vidago Palace, em Chaves.

Os produtos turísticos identificados na ART, representados na Tabela 2, foram estruturados de acordo com a Tabela A.1 do Apêndice. Estes mesmos produtos turísticos foram estruturados pelas quatro sub-regiões turísticas, o que permitiu uma definição estratégica mais correta e mais ajustada de recursos financeiros públicos e privados, de promoção e marketing e de políticas de ordenamento de território que poderia potenciar o desenvolvimento económico local e regional e, simultaneamente, a captação de investimento e de projetos inovadores (CCDR-N, 2008a, p. 94).

A Tabela 2 mostra que a prioridade máxima, ou seja, os produtos em que a Região Norte deveria apostar fortemente eram: Turismo de Negócios; Turismo Urbano; Turismo Natureza, Turismo Histórico-cultural; Enoturismo e Turismo Náutico. A Região do Porto, dada a centralidade e policentralidade como região e como cidade capital da Região Norte, desenvolveu ao longo dos séculos um vasto conjunto de património histórico, cultural e patrimonial de alcance nacional e internacional: museus, teatros, edifícios contemporâneos, espaços verdes, Universidades, entre outros.



Assim, segundo Santos e Terrasêca (1998) e a ART (CCDR-N, 2008a) a tónica do turismo no Porto centrou-se no turismo histórico-monumental, turismo de negócios (aeroporto internacional moderno, sedes de grandes empresas nacionais e universidades), visitas às caves do Vinho do Porto e, complementarmente, na paisagem humana e urbana (*city break*), na gastronomia e nos estabelecimentos comerciais (*Shoppings*). Relativamente à Região do Minho, a aposta foi no desenvolvimento do produto Gastronomia & Vinhos - Enoturismo através da recuperação e/ou transformação em Turismo em Espaço Rural (TER) de Quintas e Solares do Vale do Lima e de Celorico de Basto, na promoção do elevado conjunto de pratos típicos regionais e dos seus famosos vinhos verdes (Santos & Terrasêca, 1998). Não menos importante, a região deveria desenvolver o Turismo de natureza (Parque Nacional da Peneda Gerês), aproveitando a sua paisagem verde, os seus rios e montanhas.

Tabela 2: Produtos turísticos por regiões turísticas no Norte de Portugal

Submarcas Turístico-Promocionais	PORTO	MINHO	DOURO	TRÁS-OS-MONTES
Produtos Turísticos Prioritários				
Turismo de Negócios	✓			
Turismo Urbano	✓			
Turismo de Natureza		✓	✓	✓
Turismo Náutico	✓	X	✓	X
Gastronomia & Vinhos - Enoturismo	X	✓	✓	X
Turismo de Saúde e Bem-estar	X	X	X	✓
Turismo Histórico-Cultural	✓	✓	✓	✓
Golfe	X	X	X	X

Nota: Grau de prioridade: ✓ Máxima χ Elevada.

Fonte: Adaptado de CCDR-N (2008a, p. 94).

Na Região do Norte, o PENT identificou o Douro como um dos polos de desenvolvimento turístico que “pelos seus conteúdos específicos e distintivos justificam a sua criação numa ótica de desenvolvimento do Turismo internacional (...) e nacional” (CCDR-N, 2008b, p. 11). A aposta recaiu sobre o desenvolvimento do Enoturismo (Douro Vinhateiro) através das Aldeias vinhateiras e Quintas do Douro, fruto da notoriedade do vinho do Porto e Douro e de experiências vividas pelos turistas durante as vindimas (colheita de uvas, visualização do processo vinificação e festas). A Região do Douro que é atravessada pelo rio Douro e navegável em toda a sua extensão, deveria promover o turismo fluvial, isto é, potenciar o transporte de turistas entre o Porto (principal local de chegadas de turistas) e o Douro (local de visita) através de barco. Numa menor dimensão quer em turistas quer em valor de receita, o Turismo de Natureza é produto turístico a desenvolver visto que o Parque Natural do Douro Internacional possui



imensas espécies raras e é considerado um ótimo espaço para a prática do *Birdwatching* e caminhadas pedestres, segmento de mercado em crescimento na Europa. Por último, de acordo com a Tabela 2, a aposta da sub-região Trás-os-Montes era o desenvolvimento: i) Turismo Natureza, através do Parque Natural de Montesinho; ii) Turismo em Espaço Rural e iii) Turismo de Saúde e Bem-estar (produto distintivo desta sub-região e com características únicas a nível nacional).

Resumidamente, com o desenvolvimento deste conjunto diversificado de produtos turísticos prioritários, era expectável que a Região Norte de Portugal aumentasse a sua capacidade de atração turística, dando resposta aos desafios identificados e aos objetivos definidos para o período de vigência da ART e do PENT. Algumas das alterações nas preferências dos consumidores têm passado por dar uma maior importância às questões da saúde, da cultura, do lazer, das atividades ao ar livre e da redescoberta da natureza (Santos & Terrasêca, 1998). Essa ideia é reforçada por Fernandes, Monte e Castro (2004, p.69) que afirmaram “atualmente, vem-se assistindo a um gradual aumento da preferência pelas regiões do interior que poderá ter o seu fundamento nos seguintes aspetos: numa maior promoção da região e da sua imagem como destino de qualidade, diferenciada e competitiva, face a outras regiões, assente na tradição, no artesanato, na cultura, história, gastronomia, ruralidade, etc.”

PLANO ESTRATÉGICO PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NA REGIÃO NORTE

O Turismo é uma atividade transversal, com forte dependência dos seus recursos territoriais para a sua sustentabilidade económica, social e ambiental. Deste modo, a definição de políticas e estratégias para o desenvolvimento do turismo de uma região tem que ter em consideração vários aspetos - eixos - que vão desde o apoio à atividade económica em si como a construção/requalificação de infraestruturas, o marketing integrado e promoção do destino turístico ou a qualificação dos recursos humanos.

Na elaboração da ART, que constitui Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo na Região Norte, a CCDR-N definiu a estratégia para o Turismo assente em cinco Eixos Prioritários de Intervenção. No *Eixo I - Recursos/Produtos e Infraestruturas de suporte ao Turismo Regional*, a estratégia passou pela qualificação dos recursos turísticos e do melhoramento e criação de infraestruturas básicas de suporte ao desenvolvimento do Turismo na Região, envolvendo, nomeadamente, a melhoria das acessibilidades rododiferroviárias, a criação de melhores condições para a navegação fluvial e marítima e a criação de um sistema de informação e sinalização turística (CCDR-N, 2008a). No *Eixo II - Alojamento e Alimentação*, o alojamento turístico constituiu a componente fundamental para o desenvolvimento turístico da região, dado que estabeleceu por um lado, a capacidade de fixar turistas e de gerar receitas turísticas nesse mesmo território e, por outro lado, o tipo de turismo pretendido para a região. Em conjunto com o alojamento, a animação constitui o elemento essencial para a oferta turística da região. A “animação constitui, hoje, indiscutivelmente, um aspeto fundamental para o sucesso de qualquer destino turístico (...) dado que permite a obtenção de dois benefícios centrais: (i) satisfação das necessidades dos seus visitantes e (ii) permanências médias dos visitantes no destino mais prolongadas” (CCDR-N, 2008a, p.



84). De acordo com o diagnóstico elaborado para a Região Norte, era necessário requalificar e aumentar a oferta de alojamento em quantidade e qualidade e dinamizar ações de animação turístico-cultural, em especial eventos de dimensão nacional e internacional (CCDR-N, 2008a). No *Eixo III - Marketing e Promoção Turística Regional*, o marketing turístico assume um “papel fundamental para o equilíbrio entre a satisfação das necessidades e motivações dos turistas e os interesses dos destinos turísticos ou das organizações” (CCDR-N, 2008a, p. 85). Assim, era necessário realizar uma promoção coordenada e articulada da oferta turística das quatro sub-regiões e produtos turísticos prioritários, no mercado nacional mas sobretudo no mercado internacional, com particular enfoque no mercado ibérico (CCDR-N, 2008a). No *Eixo IV - Qualificação e Formação dos Recursos Humanos*, a Região Norte deveria apostar na qualificação dos recursos humanos e na empregabilidade do tecido produtivo da região. Para isso deveria promover e apoiar projetos que contribuíssem para um aumento das qualificações básicas e específicas dos recursos humanos e de empregos suficientemente atrativos que permitissem a fixação de recursos humanos qualificados, combatendo assim o “ciclo virtuoso que caracterizava o modelo de crescimento da Região Norte: recursos humanos pouco qualificados - empregos pouco qualificados - pouco estímulo à qualificação dos recursos humanos” (CCDR-N, 2008a, p. 86). Por último, o *Eixo V - Dinamização, Acompanhamento e Informação - Intelligence* visava disponibilizar conhecimento e informação de base regional sobre as dinâmicas da atividade turística no Norte de Portugal. A disponibilização periódica deste conhecimento e informação sobre a atividade turística permitiria aos agentes públicos e privados terem conhecimento da oferta e procura turística atempadamente bem como um conjunto de indicadores de monitorização e evolução do turismo na região (CCDR-N, 2008a). Com base nestes cinco eixos prioritários a CCDR-N definiu a seguinte visão para o Turismo:

O Norte de Portugal deverá ser uma das regiões de maior crescimento turístico no país, através de um processo de desenvolvimento sustentável baseado na Qualificação, na Excelência e na Competitividade e Inovação da sua oferta turística, transformando o Turismo como um fator de desenvolvimento e diversificação da economia regional (CCDR-N, 2008a, p. 81).

Objetivos para o setor do Turismo na Região Norte

Até este ponto foi apresentado a visão e os cinco eixos prioritários para o turismo na Região Norte entre 2007-2015. Com base nesses dois elementos fundamentais do planeamento estratégico, foram definidos objetivos e metas a alcançar. Estes objetivos são uma definição clara e explícita dos resultados que se pretende conseguir de acordo com a visão estratégica.

A forte ambição de tornar o Turismo como um dos principais motores de crescimento e desenvolvimento económico só seria possível com um exigente e adequado conjunto de objetivos específicos. A ART com base nos objetivos definidos do PENT e do PROT-Norte (Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013) estabeleceu os seguintes objetivos estratégicos para o turismo (CCDR-N, 2008a): (i) Qualificar e



valorizar os recursos turísticos, potenciando os produtos turísticos prioritários e criar as infraestruturas de suporte ao turismo regional; (ii) Desenvolver a oferta de Alojamento e Animação assente em padrões de qualidade e sustentabilidade; (iii) Promover a Qualificação e Formação dos Recursos Humanos; (iv) Projetar e promover a oferta turística do Porto e Norte de Portugal, afirmando os seus subespaços e produtos turísticos prioritários e (v) Promover um processo de dinamização, acompanhamento e informação do turismo regional.

Metas para o Turismo Norte, para o período 2006-2015

Tendo por base os dados recolhidos em 2006 e as previsões de crescimento esperadas para o setor, a ART e o PENT estabeleceram metas realistas mas ambiciosas a alcançar no período 2007-2015, de acordo com aos recursos turísticos disponíveis e produtos turísticos a desenvolver, de modo a atingir os objetivos definidos no ponto anterior. Na Tabela 3 resume-se as principais metas a alcançar para Portugal e para a Região Norte.

Tabela 3: Resultados a alcançar 2006-2015 para Portugal e para a Região Norte, de acordo com o PENT

Resultados a alcançar 2006-2015:	Portugal	Região Norte
N.º Dormidas	Atingir os 38 milhões de dormidas de estrangeiros, crescendo a uma taxa média anual de 4,5%.	Atingir entre 3,1 e 3,3 milhões de dormidas de estrangeiros, crescendo a uma taxa média anual de 8,5%. Aumentar em 1,7 milhões de dormidas de estrangeiros até 2015. Crescimento anual de 2,9% no n.º turistas nacionais.
N.º de turistas	2015: Atingir entre 20 a 21 milhões de dormidas de turistas estrangeiros. 2015: Crescimento anual de 5% no n.º de turistas (hóspedes estrangeiros). Crescimento anual de 2,9% no n.º turistas nacionais.	2015: Crescimento anual de 7,5% no n.º de turistas (hóspedes estrangeiros).
Receitas de turismo (proveitos totais em estabelecimentos hoteleiros)	2015: Atingir um nível de receitas entre 14,5 a 15,5 mil milhões de euros. As receitas deverão crescer a um ritmo anual de 9%.	As receitas deverão crescer a um ritmo anual de 11%.

Fonte: Turismo de Portugal (2007).

Estas metas foram revistas em 2010 em virtude de eventos e ao surgimento de vicissitudes imprevisíveis e incontrolláveis que ocorreram durante este período, com impactos diretos e indiretos na atividade turística, como por exemplo “a grave crise financeira internacional de 2008 e 2009 veio interromper a trajetória de crescimento que vivíamos, comprometendo obviamente os objetivos traçados no PENT, ambiciosos, mas exequíveis até essa data” (Turismo de Portugal, 2011, p. 5). Na tabela que se segue (ver Tabela 4), apresenta-se de forma sintetizada as metas definidas pelo PENT, PENT-revisão e ART para o Turismo na



Região Norte entre 2006 e 2015, as quais visavam a operacionalização e concretização dos objetivos identificados no ponto 2.1, os quais tiveram “em consideração o enquadramento da política nacional de turismo e as dinâmicas do turismo regional (as taxas de crescimento verificadas nos últimos anos – acima da média nacional, os investimentos em curso, etc.)”.

Tabela 4: Metas para o Turismo na Região Norte 2006-2015

	PENT (2006-2015)	PENT-revisão (2010-2015)	ART (2006-2015)
Dormidas de estrangeiros	8,5%	9,5%	8,5%
Dormidas nacionais	2,9%	3,7%	6%
Turistas estrangeiros	7,5%	9%	n.d.
Turistas nacionais	n.d.	4,5%	n.d.
Receitas totais	11%	7,5%	12%

Fonte: CCDR-N (2008a) e Turismo de Portugal (2007; 2011).

Tendo por base as metas referidas e os dados de 2006, fez-se a previsão da evolução das dormidas totais de turistas nacionais e estrangeiros para a Região Norte, as quais estão refletidas na Figura 1.

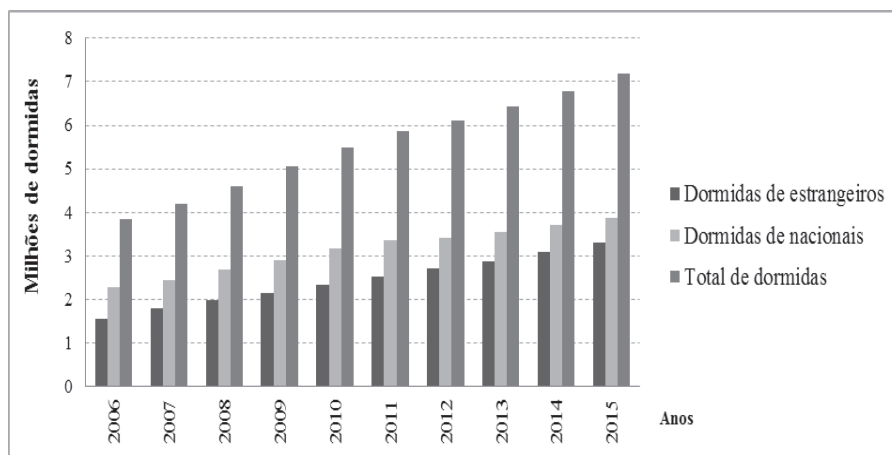


Figura 1: Previsão do número de dormidas (em milhões) para a região Norte

Fonte: CCDR-N (2008a) e cálculos próprios.

Do mesmo modo procedeu-se à previsão da evolução das dormidas, em termos de taxa de crescimento médio anual para o período 2007-2015, representada na Figura 2 e das receitas totais por estabelecimentos hoteleiros, apresentada na Figura 3.

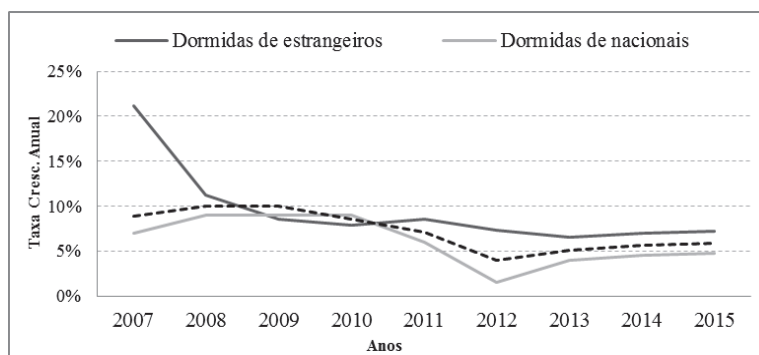


Figura 2: Taxas de crescimento anual do número de dormidas na Região Norte de Portugal
Fonte: CCDR-N (2008a) e cálculos próprios.

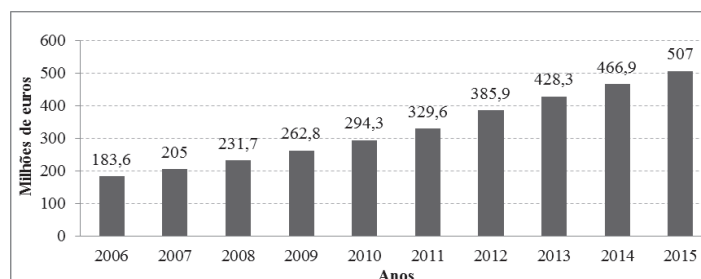


Figura 3: Previsão das Receitas Totais, em milhões de euros, em Estabelecimentos Hoteleiros
Fonte: CCDR-N (2008a) e cálculos próprios.

Comparando os valores previstos em termos de dormidas e receitas com as metas definidas pelo PENT, constata-se que a ART estabeleceu taxa de crescimento anual superior para o número de dormidas nacionais e estrangeiras e receitas turísticas totais em estabelecimentos hoteleiros. De referir também que a ART não definiu taxas de crescimento anual para turistas nacionais e estrangeiros em estabelecimentos hoteleiros na Região Norte. Este indicador é importante para a definição de uma estratégia de médio longo prazo credível e ajustada à região, pois permite perceber através da taxa de ocupação-cama e da permanência média de estadia as preferências dos turistas por estadias de curta ou longa duração, de viagens em grupo, em família ou individualmente.

INVESTIMENTO NO SETOR DO TURISMO, NA REGIÃO NORTE, NO PERÍODO 2007-2012

O investimento é o instrumento económico utilizado para canalizar recursos financeiros para a aquisição de meios de produção, correspondendo no caso do Turismo à construção, transformação ou recuperação de edifícios (hotéis, pousadas, casas rurais, restaurantes, etc.) e à realização de atividades de animação, lazer, promoção e marketing com o objetivo de criar valor e desenvolver economicamente uma região. Decorrente das expectativas e metas definidas na ART, que previa um investimento privado estimado em 1500 milhões de euros, nomeadamente em unidades de alojamento de categoria superior e campos de golfe, ou seja, em infraestruturas físicas e imateriais (CCDR-N, 2008a, p. 92). A este investimento



privado será necessário somar o investimento público, muitas vezes não diretamente mensurável, como sejam os investimentos em vias de comunicação, limpeza e conservação de espaços turísticos, na requalificação de espaços urbanos, disponibilização de serviços públicos de segurança e saúde. O maior investimento de promoção e divulgação de uma região ou de um destino turístico passa necessariamente pelas Autoridades governamentais (Turismo de Portugal ou Entidades Regionais de Turismo) ou locais (Associações e Autarquias). Nesta ótica é importante perceber as dinâmicas do investimento público e privado e comparar globalmente com objetivos estabelecidos e produtos turísticos prioritários anteriormente identificados.

Os dados apresentados de investimento público e privado no ponto seguinte, apenas dizem respeito ao investimento elegível (maioria das vezes inferior ao investimento total). Este investimento resultou de candidaturas aprovadas a apoios financeiros comunitários, através dos instrumentos de financiamento disponíveis para o período de vigência do Quadro Comunitário 2007-2013. Isto significa que projetos implementados entre 2007 e Agosto de 2012 que foram reprovados ou pequenos investimentos realizados sem submissão de candidaturas, não foram incluídos nesse montante, originando um desfazamento entre o investimento real concretizado e o investimento aprovado. Os instrumentos de financiamentos disponíveis estão apresentados na tabela seguinte (Tabela 5).

No entanto, foi através destes instrumentos de financiamento disponíveis que as Entidades Governamentais puderam orientar e implementar os seus Planos Estratégicos e Planos de Ação para o Turismo e, desta forma, medir a execução e o impacto real em relação os objetivos e metas definidas no PENT, ART e PDTVD. Cada um dos instrumentos de financiamento constituía-se em vários subprogramas que, direta ou indiretamente, financiavam projetos no setor do Turismo.

Número de Projetos e Volume de Investimento

O Volume de investimento (público e privado) aprovado para a Região Norte ao longo do período 2007-2012 foi de 496 milhões de euros, muito abaixo dos 1.500 milhões de euros só de investimento privado previsto para o período 2007-2015 na ART (CCDR-N, 2008a, p.92). Este investimento já contratualizado, inferior ao investimento real efetivo no turismo, foi captado com intensidades diferentes entre sub-regiões. A sub-região turística Porto captou cerca de 228,4 milhões de euros de investimento, 46% do investimento total contratualizado para a Região Norte. A segunda região que captou mais investimento público e privado foi a sub-região turística Douro, alcançando 146,9 milhões de euros até Agosto 2012, representando 30% do investimento total. As outras 2 sub-regiões Minho e Trás-os-Montes captaram, respetivamente, 87,3 e 32,9 milhões de euros, representando 18% e 7% do investimento total. Numa desagregação entre investimento público e privado, conclui-se que as duas sub-regiões que mais investimento total captaram também foram aquelas que mais investimento público receberam de apoio à infraestruturação, promoção e divulgação dos seus destinos turísticos. O investimento público nas sub-regiões do Porto e Douro foi de 83,88 milhões de euros e 51,13 milhões de euros, respetivamente, o que



representa uma taxa de 50,5% e 30,8%, respetivamente, enquanto para o Minho e Trás-os-Montes foi de 15% e 3,8%. Em conjunto, nas duas sub-regiões, as entidades públicas (Governo, Associações Empresariais e Locais, Autarquias e Entidades de Turismo) investiram 135 milhões de euros (81% do investimento público total). Este investimento está de acordo com as orientações estratégicas para a Região Norte ao mobilizar investimento para o desenvolvimento do Polo Turístico Douro através da implementação do PDTVD, na Infraestruturação do Porto de Leixões e Promoção do Porto e Norte de Portugal que será explicado mais detalhadamente no ponto Investimento Público (ponto 3.3).

Tabela 5: Instrumentos de Financiamento para o Sector do Turismo

Programas	Medidas de financiamento	
QREN	✓ SI Inovação <ul style="list-style-type: none"> • Inovação Produtiva • Projetos do Regime Especial 	
	✓ SI Qualificação PME <ul style="list-style-type: none"> • Projetos Conjuntos • Projetos Individuais e de Cooperação • Vale Inovação 	
	Eixo I – Qualificação Inicial de Jovens <ul style="list-style-type: none"> • Cursos profissionais • Cursos de Especialização Tecnológica Eixo 2 – Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida <ul style="list-style-type: none"> • Formações Modulares Certificadas 	
POVT	n.d	
ON2	✓ SI Inovação <ul style="list-style-type: none"> • Inovação Produtiva • Empreendedorismo Qualificado 	
	✓ SI Investigação & Desenvolvimento Tecnológico <ul style="list-style-type: none"> • Projetos Individuais ✓ SI Qualificação das PME <ul style="list-style-type: none"> • Projetos Individuais e de Cooperação • Vale inovação 	
	Invest. Público	Eixo II – Valorização Económica de Recursos Específicos
PRODER	Dinamização Zonas Rurais	✓ Desenvolvimento de Atividades Turísticas e de Lazer
TP	Programa de Intervenção Turismo	✓ Linha de Apoio I-Território, destinos e produtos turísticos
		✓ Linha de Apoio II-Eventos para a projeção do destino Portugal

Fonte: ON.2 (2011); PRODER (2012); FOPC (2012); POPH (2012).

As principais fontes de financiamento comunitário para o apoio ao investimento no Turismo para a Região Norte foram: Programa Operacional Fatores de Competitividade (POFC), Programa Operacional Regional Norte (ON.2), Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER) e Programa Operacional Potencial Humano (POPH). De acordo com a Figura 10, a quase totalidade do Investimento Público provém do ON.2, o qual representou investimento 156 milhões de euros num total de 168 milhões de euros. A CCDR-N, entidade pública responsável pela gestão do ON.2, ao controlar o principal



instrumento de cofinanciamento da Região Norte e ao ser simultaneamente a entidade responsável pela elaboração e promoção da ART, criou programas de financiamento específicos para entidades públicas, as quais em conjunto com as entidades privadas, visavam levar a bom-porto os objetivos estratégicos delineados e metas a alcançar para o turismo nesta região. Relativamente ao investimento privado, o principal instrumento de cofinanciamento comunitário foi o POFC visto que aprovou um investimento de 212 milhões de euros, ou seja, 65% do investimento total privado. Este instrumento destinou-se a projetos de grande dimensão ou de forte componente Inovação, dado que concorriam a nível nacional para a obtenção de financiamento, enquanto ao ON.2 concorriam apenas pequenas e médias empresas, limitando o volume de investimento mas aumentando as probabilidades de aprovação e de implementação de projetos de pequena dimensão, muitas vezes importantes para a captação de turistas e promoção de regiões de baixa densidade populacional e de recursos económicos e financeiros. O ON.2 aprovou 101 milhões de euros de investimento privado enquanto o PRODER apenas 16,2 milhões de euros. Nos pontos seguintes apresenta-se de forma detalhada o investimento privado e público para uma melhor compreensão das tipologias de investimento, os principais eixos de financiamento, o número de projetos aprovados e o respetivo investimento por sub-região turística.

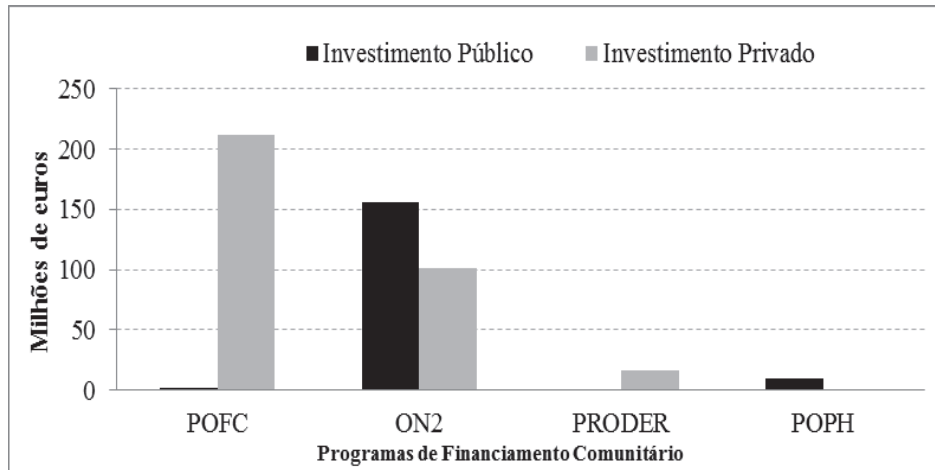


Figura 4: Volume de investimento público e privado aprovado por programa no período 2007-Agosto 2012

Fonte: POFC (2012), CCNR-N (2011), PRODER (2012) e POPH (2012).

Investimento Privado

A Figura 5 mostra que foram apresentados 218 projetos entre o período de 2007 e Agosto 2012, distribuídos pelos 3 principais instrumentos de financiamento comunitário: POFC, ON.2 e PRODER. Este número de projetos representou um volume de investimento 328,7 milhões de euros (ver Figura 12) e a maioria foram aprovados entre 2009 e 2011. No Programa POFC, o volume de investimento foi de 211,8 milhões de euros, mais do dobro do ON.2 dado que esses projetos eram destinados a projetos de grande dimensão e de impacto económico e social relevante nos locais de execução. Relativamente ao



PRODER, apesar do seu elevado número de projetos, o volume total de investimento elegível não ultrapassou os 16,2 milhões de euros. No entanto, poderá potenciar numa escala bastante mais reduzida o crescimento e melhoramento da quantidade e qualidade da oferta dos produtos Turismo de Natureza e Turismo de Gastronomia e Vinhos – Enoturismo em territórios de baixa densidade.

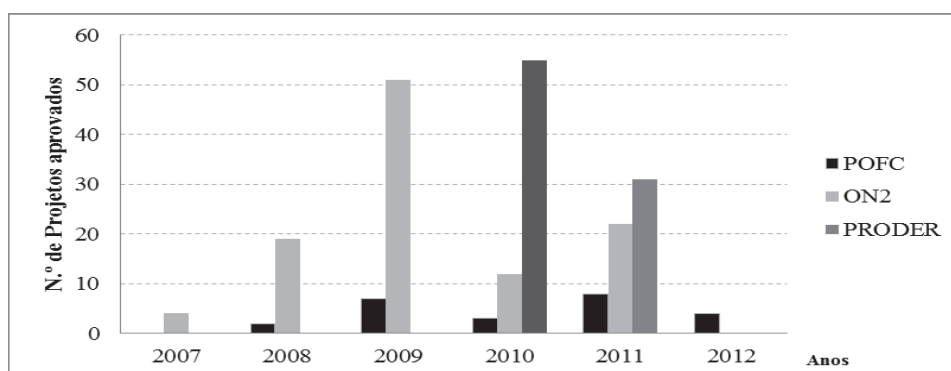


Figura 5: Número de projetos aprovados para a região Norte, no período 2007-Agosto 2012
Fonte: POFC (2012), CCDR-N (2011) e PRODER (2012).

No período 2009-2011 foram aprovados 216,6 milhões de euros, ou seja, 65% do investimento total aprovado. No que diz respeito ao último ano em análise (2012), só foram aprovados 4 grandes projetos no montante de 52,8 milhões de euros (37 milhões de euros para a construção de cruzeiros-hotéis para o Douro e 7,5 milhões num Hotel de 4 estrelas com termas em Pedras Salgadas, distrito de Chaves).

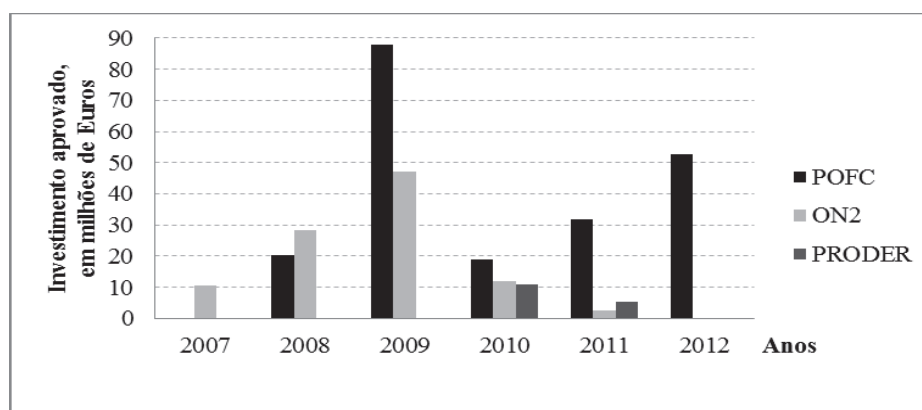


Figura 6: Volume de investimento aprovado em milhões de euros para a Região Norte, no período 2007-Agosto 2012
Fonte: POFC (2012), CCDR-N (2011) e PRODER (2012).

A Tabela 6 apresenta o montante de investimento privado por Eixo e por sub-região turística nos programas POFC e ON.2. No POFC, os Sistemas de Incentivos (SI) Inovação Produtiva e Projetos de Regime Especial englobaram a quase totalidade do investimento privado. Ao Eixo Inovação Produtiva



foram apresentados 15 projetos no montante 110,9 milhões de euros. Grande parte do investimento diz respeito a Hotéis com restaurante de 4 e 5 estrelas. Dada a dimensão do volume de investimento, ao seu impacto económico e social, ao contributo para os produtos turísticos da região, a maioria foi enquadrada em Estratégias de Eficiência Coletiva como sejam o Polo de Competitividade e Tecnologia do Turismo 2015 ou Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos (PROVERE). No Eixo II, foram apresentados 3 grandes projetos: dois hotéis de 5 estrelas na cidade de Vila Nova de Gaia; a construção de três novos barcos-hotel e dois barcos Rabelo com vista à realização de cruzeiros turísticos e circuitos ao longo do Rio Douro e nas margens das cidades do Porto e de Vila Nova de Gaia. No total foram apresentados 26 projetos privados ao POFC, no montante de 212,4 milhões de euros.

Tabela 6: Instrumentos de Financiamento: POFC e ON.2, por sub-região turística, de 2007a Agosto 2012

Medidas de financiamento	Porto	Minho	Douro	Trás-os-Montes	
POFC	SI Inovação/Inovação Produtiva	44.218.713 €	28.360.651 €	30.813.692 €	7.459.700 €
	SI Inovação/Projetos de Regime Especial	63.065.750 €	-	36.980.000 €	-
	SI Qualificação PME/ Projetos Conjuntos	506.118 €	-	-	-
	SI Qualificação PME/Projetos Individuais e de Cooperação	130.027 €	321.944 €	526.099 €	-
	SI Qualificação PME/Vale Inovação	-	33.250 €	17.000 €	-
ON2 - Invest. Privado	Inovação/ empreendedorismo qualificado	-	11.710.535,4	3.364.981,9	-
	Inovação/ inovação produtiva	33.870.593 €	15.487.278 €	21.318.769 €	11.011.681€
	Investigação & Desenvol. Tecn./ Projetos individuais	-	189.170 €	-	-
	Qualificação das PME/Project. Indiv. e cooperação	1.743.938 €	292.535 €	189.534 €	1.152.703 €
	Qualificação das PME/Vale Inovação	200.417 €	222.663 €	49.400 €	-
Total	143.735.555 €	56.618.027 €	93.259.477 €	19.624.084 €	

Fonte: POFC (2012), CCDDR-N (2011) e PRODER (2012).

Relativamente ao ON.2, os investidores apresentaram as suas candidaturas aos 3 sistemas de incentivos do Eixo Prioritário I – Competitividade, Inovação e Conhecimento. Através deste instrumento financeiro foram aprovados 108 projetos, englobando um investimento total elegível superior a 100,8 milhões de euros (ver Tabela 6). Em linha de conta com o POFC foi o SI Inovação Produtiva que recebeu o maior número de projetos de investimento privado, no montante de 81,69 milhões de euros. Como sucede com a repartição espacial do investimento total (público e privado), o investimento levado a cabo por investidores no setor do turismo concentrou-se nas duas sub-regiões Porto e Douro. De acordo com a Figura 13, em conjunto, captaram 76% do investimento total privado.

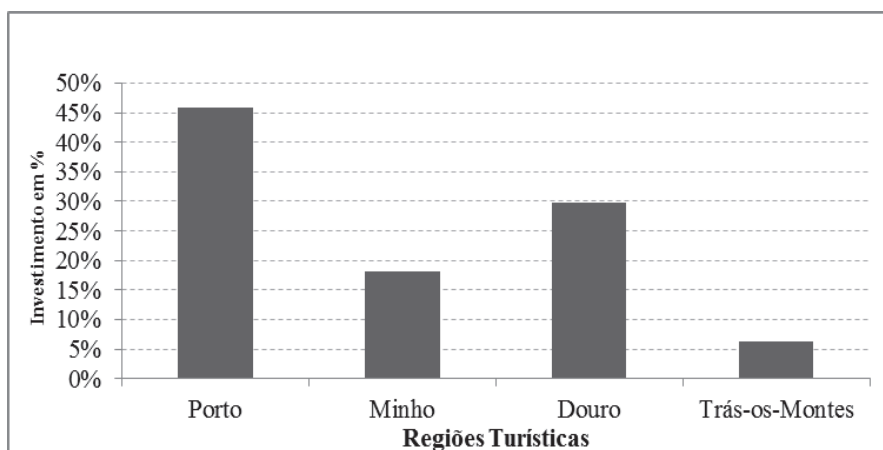


Figura 7: Investimento nas medidas comunitárias POFC e ON.2 por região turística, em %, no período 2007-Agosto 2012

Fonte: POFC (2012), CCDR-N (2011) e PRODER (2012).

Por último, é de salientar que a aprovação deste conjunto de 108 projetos visou: *i*) aumentar a quantidade de produção de bens e serviços turísticos (produtos turísticos) através da inovação e da investigação e desenvolvimento, progredindo na sua cadeia de valor e orientados para os mercados internacionais (tradicionais ou potenciais) e *ii*) promoção do reforço de competências e *know-how* nas empresas, permitindo o aumento da produtividade e da competitividade face aos mercados internacionais (CCDR-N, 2011).

O Investimento total na Região Norte foi agrupado em 7 rúbricas (ver Tabela 7) com destaque para a Hotelaria, Turismo em Espaço Rural (TER) e Outras Atividades de Animação e Recreativas. No setor hoteleiro foram aprovados 204,4 milhões de euros onde a sub-região do Porto recebeu 124,4 milhões de euros, representando 61% do investimento total em Hotelaria. A sub-região do Minho com 47,4 milhões de euros foi a segunda sub-região que mais investimento privado conseguiu captar para o setor Hoteleiro. Estas duas sub-regiões que em termos geográficos representam o Litoral Norte captaram 84% do investimento total, ou seja, 171,8 milhões de euros. É de realçar que embora o Douro tenha sido considerado um dos 6 Polos de Desenvolvimento Turístico pelo XVII Governo Constitucional e, por isso, prioritário na captação de investimento público e privado, foi a região que menos investimento privado conseguiu captar para o setor hoteleiro. Mas se analisarmos esta região na ótica de captação de investimento privado para estabelecimentos turísticos em espaço rural, conclui-se que foi a principal região, indo de encontro a um dos principais produtos turísticos prioritários para a região: Gastronomia e Vinhos-Enoturismo. Esta região destacou-se nas rúbricas TER e Outras Atividades de Animação e Recreativas ao conseguir captar 74,6 milhões de euros, dos quais 61,5 milhões de euros para atividades ligadas à exploração turística do Rio Douro (construção de barcos-hotel para transporte de turistas entre o Porto e o Parque Douro Internacional). Uma vez mais, de acordo com as orientações estratégias para o aproveitamento dos recursos turístico: Rio Douro, vinhos Porto e Douro e a paisagem vinhateira



classificada Património da Humanidade pela UNESCO. O setor da restauração, como complemento do investimento hoteleiro, apresentou um volume de investimento significativo de 5,4 milhões de euros, distribuindo-se em proporção semelhante ao investimento hoteleiro e destacando-se a sub-região turística do Porto com 52% do investimento nesta rúbrica, ou seja, 2,8 milhões de euros.

Em síntese, o Porto tem conseguido desenvolver os produtos turísticos estratégicos propostos pela ART através da captação de investimento para Hotelaria de elevada qualidade, Animação, Restauração, promoção turística e realização de eventos culturais de dimensão nacional e internacional.

Tabela 7: Rúbricas de Investimento (€) por região turística na Região Norte, no período 2007- Agosto 2012

Rúbrica de Investimento	Porto	Minho	Douro	Trás-os-Montes	Total
Hotelaria	124.437.834€	47.407.719€	14.486.723 €	18.027.074 €	204.359.350 €
Animação	4.589.106 €	-	-	-	4.589.106 €
Outras atividades de animação e recreativas	2.647.709 €	675.664 €	61.473.289 €	419.467 €	65.216.129 €
Parques de diversão e temáticas e Outros locais de alojamento	8.124.572 €	-	3.701.675 €	-	11.826.247 €
Restauração	2.805.334 €	1.322.327 €	394.804 €	893.153 €	5.415.618 €
TER	8.300.678 €	4.459.552 €	13.153.586 €	284.389 €	26.198.206 €
Outros	970.425 €	2.752.765 €	49.400 €	-	3.772.590 €
Total	151.875.658€	56.618.027€	93.259.477 €	19.624.084 €	321.377.245 €

Fonte: POFC (2012), CCDR-N (2011) e PRODER (2012).

A Hotelaria, o TER e a Restauração foram as rúbricas com mais candidaturas aprovadas (94), com especial destaque para a Hotelaria (51 projetos). Por regiões, Porto e Minho obtiveram cerca de 70% dos projetos aprovados com destaque uma vez mais para a Hotelaria e Restauração. A nível de TER o destaque vai para a Região do Douro que foi claramente a região com o maior número de projetos aprovados (10 em 15).

Analisando por rúbricas de investimento, em conjunto, os programas FOFC e ON.2 aprovaram 52 projetos em Hotelaria. Isto significa que 39% dos projetos aprovados se destinaram à construção, requalificação ou melhoramentos de estabelecimentos hoteleiros na Região Norte. A percentagem de projetos hoteleiros aprovados nas regiões turísticas Porto, Minho, Douro e Trás-os-Montes foi de respetivamente 14%, 12%, 7% e 6%. Desta forma, pode-se afirmar que a Região do Porto conseguiu mostrar o seu poder de polo de atração turística ao conseguir a aprovação de 37% dos projetos de hotelaria para a região Norte (19 projetos), onde se destaca a aprovação da construção de 3 novos hotéis de cinco estrelas para Porto e Vila Nova de Gaia (ver Tabela 8). Os restantes 2 hotéis de cinco estrelas localizaram-se na cidade de Braga e na Região do Douro.



III CONGRESSO INTERNACIONAL DE TURISMO
III INTERNATIONAL CONGRESS ON TOURISM
ESG/IPCA



Tabela 8: Hotéis de 5 aprovados para a Região Norte, no período 2007-Agosto 2012**

Promotor	Concelho	Invest. Elegível (€)
Sabersal	Vila Nova de Gaia	36.952.468€
The Yeatman Hotel, Lda.	Vila Nova de Gaia	26.113.282€
Solitaire – empreendimentos hoteleiros, SA	Porto	14.584.805€
The Vintage House Hotel, SA	Alijó	1.480.453€
HOTTI – Braga Hotéis, SA	Braga	15.074.708€
Total		94.205.716€

Fonte: FOFC (2012).

Analisando pelo volume de investimento elegível aprovado, conclui-se que o conjunto dos 3 hotéis de cinco estrelas a construir na Região do Porto representou um investimento global de 77,6 milhões de euros, ou seja, 82,4% do investimento destinado a este segmento de hotelaria (94,2 milhões de euros) para a Região Norte. Com este conjunto de novos hotéis juntamente com os já existentes, a capacidade hoteleira de elevada qualidade passou a ser significativa e de acordo com o perfil de turistas desejados para estas 3 sub-regiões. É de salientar que os hotéis aprovados para a Região do Porto contribuirão fortemente para o desenvolvimento dos produtos turísticos: Turismo de Negócios e Turismo Urbano. Um exemplo dessa orientação estratégica foi a aprovação do Hotel Intercontinental Porto – Palácio das Cardosas que está localizado em pleno centro histórico do Porto e com 105 camas, SPA e Ginásio. A nível de investimento privado em hotéis de quatro estrelas, para a região Norte foram aprovados 22 projetos (11 na região do Porto; 6 no Minho; 3 em Trás-os-Montes e 2 no Douro). Em conjunto, as categorias de quatro e cinco estrelas representam 71% dos projetos aprovados. A Região Norte ficou assim dotada de uma capacidade hoteleira de elevada qualidade, podendo captar e receber turistas nacionais mas sobretudo estrangeiros com médio ou elevado poder de compra, gostos requintados e ainda disponíveis para usufruir do elevado conjunto serviços ao seu dispor (POFC, 2012; CCDR-N, 2011 e PRODER, 2012). Isto deverá gerar um aumento significativo das receitas totais.

Analisando a Tabela 9 constata-se que foram aprovados aproximadamente 190 milhões de euros em hotéis de quatro e cinco estrelas. Mais relevante do que o número de projetos aprovados é o volume de investimento que correspondeu a 95% do investimento em hotéis. O Investimento em hotéis de quatro estrelas (95,7 milhões de euros) é aproximadamente o mesmo que em cinco estrelas mas com um número bastante mais significativo de projetos (22). Isto demonstra que para se aumentar a qualidade da oferta hoteleira na Região Norte foi necessário canalizar investimentos de elevados montantes. Por projeto, esse investimento aumentou de forma exponencial à medida que aumentava a categoria da unidade hoteleira e do grau de qualidade dos serviços oferecidos aos hóspedes. O custo estimado de construção de um hotel



de quatro estrelas variou entre 3 e 5 milhões de euros, enquanto um hotel de cinco estrelas variou entre 15 e 40 milhões de euros.

Tabela 9: Volume de Investimento de novos projetos de alojamento na Região Norte, de 2007 a Agosto 2012

	Porto	Minho	Douro	Trás-os-Montes
Hotéis 5**	77.650.555 €	15.074.708 €	1.480.453 €	-
Hotéis 4**	53.753.596 €	20.960.813 €	5.768.843 €	15.215.944 €
Hotéis 3**	627.735 €	-	1.664.844 €	1.658.427 €
Hotéis 1/2**	5.099.449 €	-	-	-
Hotéis Rurais 5**	-	2.630.972 €	3.368.599 €	-
Hotéis Rurais 4**	7.816.614 €	-	2.214.399 €	-
Estalagens	1.557.010 €	-	-	-
TER	399.250 €	1.798.580 €	7.570.588 €	284.389 €
Total	146.904.210 €	40.465.073 €	22.067.726 €	17.158.761 €

Fonte: POFC (2012), CCDR-N (2011) e PRODER (2012).

As linhas de cofinanciamento para candidaturas de projetos à tipologia TER foram: ON.2 (Sistemas de Incentivos a PME) e PRODER (medida 3.1.3 – Desenvolvimento de Atividades Turísticas e de Lazer). Em conjunto aprovaram 106 projetos para um volume de investimento elegível previsto de 42,2 milhões de euros na Região Norte. As regiões do Minho e Trás-os-Montes foram as duas regiões que mais beneficiaram como a medida 3.1.3 do PRODER obtendo, respetivamente, a aprovação de 36 e 35 projetos e representando um investimento elegível de 12,9 milhões de euros (80% do total da medida 3.1.3). A nível do ON.2, a Região do Douro foi a grande beneficiada ao obter a aprovação de 12 projetos no valor aproximado de 13,2 milhões de euros, sensivelmente metade do valor aprovado pelo ON.2 para projetos TER. A segunda região que mais beneficiou com este programa de cofinanciamento foi a região do Porto com cerca de 8,2 milhões de euros. Globalmente foram as regiões do Douro e Minho (ver Tabela 10) que conseguiram obter o maior volume de investimento privado aprovado em TER.

Investimento Público

A nível de Investimento Público, as entidades submeteram as suas candidaturas aos programas POPH e PRODER. No primeiro programa, obteve-se apenas os projetos e o valor de financiamento aprovado para a entidade Turismo de Portugal, I.P. entre 2008 e 2011 para Portugal (ver Tabela 11). O valor total foi de 71,7 milhões de euros destinados ao financiamento de Cursos de Formação nas Escolas de Hotelaria e Turismo nacionais. Devido à dificuldade na obtenção de dados para este programa, ficaram por quantificar os apoios comunitários atribuídos à qualificação e requalificação de recursos humanos (RH)



nos cursos profissionais e formações modulares certificadas administradas pelos Institutos de Emprego e Formação, pelas empresas de Formação e própria formação levada a cabo pelas empresas do setor de Hotelaria, Restauração e Animação.

Tabela 10: Volume de Investimento de alojamento TER na Região Norte, no período 2007- Agosto 2012

	PRODER	ON2	PRODER	ON2
Porto	3	4	800.354 €	8.215.864 €
Minho	36	3	5.806.404 €	4.429.552 €
Douro	12	12	2.484.603 €	13.153.586 €
Trás-os-Montes	35	1	7.068.705 €	284.389 €
Total	86	20	16.160.066 €	26.083.392 €

Fonte: CCDR-N (2011) e PRODER (2012).

Tabela 11: Volume de Investimento destinado a Formação de RH em Portugal, no período 2007- Agosto 2012

Medida de Apoio Financeiro	2008	2009	2010	2011
Cursos Profissionais	21.219.717 €	8.996.053 €	6.898.969 €	5.946.246 €
Cursos de Especialização Tecnológica	4.815.559 €	-	3.982.571 €	15.034.590 €
Formações Modulares Certificadas	-	1.867.989 €	2.956.529 €	-
Total	26.035.276 €	10.864.042 €	13.838.069 €	20.980.836 €

Fonte: POPH (2012).

O Turismo de Portugal, I.P. como entidade responsável pela orientação estratégica, pela promoção turística de Portugal a nível nacional e internacional, pelo acompanhamento de projetos e pareceres sobre a sua utilidade de futuros projetos turísticos, conseguiu através das Escolas de Hotelaria e Turismo formar jovens e adultos com qualificações adequadas aos desafios que eram colocados ao Turismo nacional, em especial, recursos humanos qualificados que acrescentassem inovação e valor aos produtos turísticos prioritários, gerando procura e receita líquida para o setor. Esta qualificação também deveria estar de acordo com investimentos previstos ou em execução, como sejam hotéis de quatro e cinco estrelas, animação turística e serviços de atendimento e restauração de excelência. O investimento aprovado foi de 60%, 33% e 7% para Cursos Profissionais, Cursos de Especialização e Formação Modulares Certificados, respetivamente.

Relativamente à Região Norte, o Turismo de Portugal, I.P., através das Escolas de Hotelaria e Turismo de Porto e Lamego, conseguiu a aprovação de 9,59 milhões de euros. Este montante representou 22,3% e 13%, respetivamente do volume de investimento aprovado para cursos profissionais e para Formação em RH para Portugal (POPH, 2012)



O ON.2 foi o programa de cofinanciamento do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) para a Região Norte. Este programa estava estruturado em 6 Eixos prioritários, em que o primeiro já foi abordado aquando do investimento privado em turismo. Relativamente ao investimento público em Turismo, o Eixo II – Valorização Económica de Recursos Específicos visava a valorização económica dos recursos específicos do território, em especial os de baixa densidade, através de uma estratégia territorialmente diferenciada de desenvolvimento regional. Dentro deste eixo, a medida específica “1- Valorização Económica da Excelência Turística Regional” era destinada, entre outras, às seguintes tipologias de projetos públicos: *i)* Programa de Promoção da marca “Porto e Norte de Portugal”; *ii)* Infraestruturas de apoio ao desenvolvimento turístico e *iii)* Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro.

No âmbito da concretização dos objetivos e metas pelo PDVTD, em 2008, ON.2 abriu dois concursos designados por Douro Infraestrutural e Douro Imaterial (CCDR-N, 2011). O concurso Douro Infraestrutural teve como objetivo apoiar projetos de natureza infraestrutural que contribuíssem “decisivamente para a qualificação e valorização da oferta turística do Destino Douro e (...) criar e melhorar as condições de suporte e de contexto ao desenvolvimento turístico sustentável desta Região” (CCDRN, 2008c, p. 3). As Entidades beneficiárias correspondiam à área de intervenção territorial estabelecida no PDTVD. No âmbito do concurso Douro Infraestrutural foram aprovados 28 projetos, representando um volume de investimento no montante de quase 28 milhões de euros, repartidos pelas seguintes tipologias: 1 - Infraestruturas complementares de âmbito local e regional e sinalização turística (investimento de 12 milhões de Euros); 2 - Atividade turístico-fluvial; 3 - Património ambiental e desenvolvimento rural e local; 4 - Património histórico-cultural (investimento de 11,3 milhões de Euros); e 5 - Qualificação dos Recursos Humanos, Inovação e Conhecimento no Turismo (CCDR-N, 2008c). Estes projetos visavam a criação de infraestruturas de apoio ao turismo, como a construção de cais de atracagem de barcos, recuperação de património histórico-cultural, criação de um *layout* comum para todos os postos de turismo da região e atendimento e divulgação da informação turística da região em rede.

O Concurso Turismo Douro – Imaterial destinado a financiar operações turísticas de natureza imaterial foi aprovado e publicitado em simultâneo como o Concurso Turismo Douro – Infraestrutural para mesma área territorial e entidades públicas Beneficiárias. Este concurso teve como objetivo específico apoiar projetos de natureza imaterial que contribuíssem “para a promoção e animação turística do território e para a reflexão prospetiva em torno de temas chave para o desenvolvimento turístico do Douro” (CCDR-N, 2008d, p. 3). Este aprovou 30 projetos submetidos a concurso. O volume de investimento aprovado foi de aproximadamente 10,7 milhões de euros, repartidos pelas tipologias 1- marketing e animação turística (73% do investimento) e 2 - Estudos e reflexão prospetiva para o desenvolvimento do Turismo Duriense (27%). Estes projetos visavam a promoção e divulgação regional, nacional e internacional da região turística do Douro, realização de eventos e conferências de âmbito nacional e internacional, como seja a



realização do Douro Jazz e o Festival do Cinema: Douro Harvest Festival ou ainda a colocação de sinalização turística e a criação do Portal Douro.

CONCLUSÕES E FUTURAS LINHAS DE INVESTIGAÇÃO

Dada a importância crescente do Turismo na economia nacional, ao longo deste estudo, foram analisados dois planos estratégicos fundamentais para o desenvolvimento do turismo para a Região Norte: Plano Estratégico Nacional do Turismo e a Agenda Regional do Turismo Norte. Para entender a concretização destes planos, fez-se uma análise descritiva dos principais indicadores do Turismo entre 2006-2011, para a Região Norte de Portugal e concluiu-se que a aposta turística da Região Norte passou pela oferta de 8 produtos turísticos prioritários e diferenciadores por quatro sub-regiões turísticas.

O volume de investimento (público e privado) aprovado ao longo do período 2007-2012 foi de 496 milhões de euros, dos quais 228,4 (46%) na região turística do Porto. Foram aprovados 218 projetos privados correspondendo a um volume de investimento de 328,7 milhões de euros. A maioria dos projetos aprovados foi no setor da hotelaria, no montante de 204,56 milhões de euros e localizados 70% nas regiões Porto e Minho. Deste valor, 190 milhões destinaram-se a hotéis de quatro e cinco estrelas. As entidades públicas investiram 144,59 milhões de euros em infraestruturas, qualificação de recursos humanos e promoção e divulgação nacional e internacional da região.

Após este levantamento do investimento público e privado no setor do turismo na Região Norte de Portugal, o próximo passo poderá ser averiguar se este investimento está a ter impacto económico, social e ambiental na região e se os objetivos e metas propostos pelo PENT e ART foram superados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Barata, J. (1964). O Turismo em Portugal. Lisboa: Biblioteca do Centro de Estudos Político sociais.
- Baptista, M. (1990). O Turismo na Economia - uma abordagem técnica, economia, social e cultural. Lisboa. Edições INFT.
- Becker, L. (2010). A questão regional e a sustentabilidade do desenvolvimento no Brasil contemporâneo pela via turística. *Revista Estudos Políticos*, 1, (2010/2). ISSN 2177-2851
- Blanke, J., & Chiesa, T. (2013). The Travel & Tourism Competitiveness Report 2013- Reducing Barriers to Economic Growth and Job Creation. World Economic Forum. Available at http://www3.weforum.org/docs/WEF_TT_Competitiveness_Report_2013.pdf
- CCDR-N (2006). Norte 2015, Competitividade e Desenvolvimento – Uma Visão Estratégica, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte. Porto.
- CCDR-N (2008a). Plano de Ação para o Desenvolvimento Turístico do Norte de Portugal, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte. Porto.
- CCDR-N (2008b). Plano Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro 2007-2013, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte. Porto



- CCDR-N (2008c). Concurso Turismo Douro – Infraestrutural (TDINF/1/2008). Programa Operacional Regional do Norte, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte. Porto.
- CCDR-N (2008d). Concurso Turismo Douro – Imaterial (TDIM/1/2008). Programa Operacional Regional do Norte, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte. Porto.
- CCDR-N (2011). Programa Operacional Regional do Norte (ON.2), acessido a 31 Agosto de 2012, de Web Comissão Coordenação Desenvolvimento Regional Norte: <http://www.novonorte.qren.pt/>.
- Fernandes, P., Monte, A. & Castro, J. (2004). A Região Norte de Portugal e a preferência da procura turística: Litoral versus Interior. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais INE/APDR*, 4, 57-73.
- INE, (2006-2012). Estatísticas do Turismo. Instituto Nacional de Estatística. Lisboa, Portugal.
- Kim, W. & Kim, H. (2013). Regional Development Strategy for Increasing Cultural Tourism Business in South Korea, *Asia Pacific Journal of Tourism Research*, 18:6, 534-548, DOI: 10.1080/10941665.2012.695285
- Leitão, N. (2011). Tourism and Economic Growth: A Panel Data Approach, Instituto Politécnico de Santarém. *Actual Problems of Economics*, 9, 343-349. Santarém, Portugal.
- Makhoulf, H. (2012). The Multi-Dimensional Impact of International Tourism. *International Business & Economics Research Journal*, University of the District of Columbia, USA. 11(2), 233-241.
- Matarrita-Cascante, D. (2010). BEYOND GROWTH: Reaching Tourism-Led Development, *Annals of Tourism Research*, 37 (4), October 2010, 1141-1163, ISSN 0160-7383, <http://dx.doi.org/10.1016/j.annals.2010.05.004>.
- Medlik, S., & Middleton, V. T. C. (1973). Product formulation in tourism. In *Tourism and marketing*. Berne, AIEST.
- Middleton, V. & Clarke, J. (2001), *Marketing in Travel and Tourism*. (3.ª ed.), Oxford: Butterworth-Heinemann.
- POFC (2012). Projetos aprovados. Programa Operacional Fatores de Competitividade, acessido a 25 Agosto de 2012, Ministério da Economia e do Emprego: <http://www.pofc.qren.pt/>.
- POPH (2012). Apoios Concedidos. Programa Operacional Potencial Humano, acessido em 10 Junho de 2012, Ministério da Economia e do Emprego: <http://www.pofc.qren.pt/>.
- PRODER, (2012). Projetos Contratados. Programa de Desenvolvimento Rural, obtido em 17 Maio 2012, Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território: <http://www.proder.pt/conteudo.aspx?menuid=2068>.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2007 de 4 de Abril do Diário da República, 1.ª Série, nº 67. Aprovação do Plano Estratégico Nacional do Turismo.
- Santos, L. & Terrasêca, R. (1998). O setor do Turismo no Norte de Portugal. 646. Santa Maria da Feira: Edições Afrontamentos.
- Santos, N. & Fernandes, P. (2010). Análise e Previsão da Procura Turística na Região Norte de Portugal. *Proceedings of APDR*. Madeira, Portugal.



III CONGRESSO INTERNACIONAL DE TURISMO
III INTERNATIONAL CONGRESS ON TOURISM
ESG/IPCA

- Santos, N. (2011). Modelação da Procura Turística para a Região Norte de Portugal – Dissertação de Mestrado, Instituto Politécnico de Bragança. Bragança.
- Santos, V. (1998). "Introdução", Cadernos de Economia & Prospectiva, 1 (4), Ed. Gabinete de Estudos e Prospectiva Económica, Ministério da Economia. Lisboa.
- Smith, S. (1994). The Tourism product. *Annals of Tourism Research*. 21 (3), 582-595.
- Turismo de Portugal. (2007). Plano Estratégico Nacional do Turismo – para o desenvolvimento do turismo em Portugal. Turismo de Portugal, I.P. Lisboa.
- Turismo de Portugal. (2008). Conceitos Estatísticos para o Turismo, obtido em 25 Julho 2012, Turismo de Portugal, IP: www.turismodeportugal.pt/.
- Turismo de Portugal. (2011). Plano Estratégico Nacional do Turismo, propostas para a revisão no horizonte 2015 – versão 2.0. Turismo de Portugal, I.P. Lisboa.
- Turismo de Portugal. (2012). Apoios ao Investimento, obtido em 25 Julho 2012, Turismo de Portugal, IP: <http://www.turismodeportugal.pt/>.
- WTTC (2013). Travel & Tourism Economic Impact 2013. Available at <http://www.wttc.org/research/economic-impact-research>.
- Xu, J. (2010). Perceptions of tourism products. *Tourism Management* 3, 607-610.